



Revista Brasileira de Linguística Aplicada

ISSN: 1676-0786

rblasecretaria@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Muller Zart, Lidia Helena; Moraes de Fraga, Dinorá
Ferramentas tecnológicas para investigação de autoria
Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 13, núm. 1, enero-marzo, 2013, pp. 67-83
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339829648004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ferramentas tecnológicas para investigação de autoria*

Technology Tools for Investigation of Authorship

Lidia Helena Muller Zart**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo – Rio Grande do Sul / Brasil

Dinorá Moraes de Fraga***

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo – Rio Grande do Sul / Brasil

RESUMO: Este estudo busca verificar como se dá o processo da autoria, permitido pela tecnologia, nas produções textuais em ambientes digitais, com o uso da internet. Esse ambiente de produção textual no meio digital suscita implicações sobre a concepção de autoria nos textos digitais e sobre práticas escolares em contextos digitais, em que as marcas de um autor individual desaparecem em favor de um autor coletivo constituído pelo hipertexto. Apontamos este aspecto como constituidor da concepção de letramento digital, desenvolvido na perspectiva da autoria segundo a função autor (FOUCAULT, 1996; 2006), e de reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1994).

PALAVRAS-CHAVE: autoria; reprodutibilidade técnica; produção textual.

ABSTRACT: This study aims to verify how is the process of authorship, enabled by technology, in the textual productions in digital environments, using the Internet. This textual production environment in the digital context raises implications about the concept of authorship in digital texts and about school practices in digital environments, in which the characteristics of an individual author disappear in favor of a collective author constituted by a hypertext. We point this aspect as the constitutor of the digital literacy conception, developed in the perspective of authorship according to the author's function (FOUCAULT, 1996; 2006) and of a technical reproducibility (BENJAMIN, 1994).

KEYWORDS: authorship; technical reproduction; textual production.

* A segunda autora, Profa. Dra. Dinorá Moraes de Fraga, atuou como orientadora do trabalho.

** lidiazart@hotmail.com. Mestre em Linguística Aplicada.

*** dinoraf@unisinos.br. Profa. Dra. em Linguística Aplicada.

Introdução

Nesse trabalho,¹ partimos da concepção assumida pela teoria do interacionismo sociodiscursivo (ISD), segundo Dinorá Fraga (2004, p. 55-60), que vincula o ISD ao contexto epistemológico para a compreensão do letramento digital. Segundo o ISD, os textos não podem ser reduzidos e vistos como uma mera produção linguística. Devem ser entendidos como representantes empíricos das atividades comunicacionais em que acontecem. Neste trabalho, esse entendimento é que vai fundamentar a orientação de letramento digital, pressupondo o contexto de ações comunicacionais no ciberespaço. Para Jean-Paul Bronckart, “as condutas humanas são concebidas como ações situadas cujas propriedades estruturais e funcionais são, antes de mais nada, um produto da socialização” (BRONCKART, 1999, p. 13). As ações verbais são compreendidas como mediadoras e constitutivas do social, em que interagem múltiplos e diversos interesses, valores, conceitos, teorias, objetivos e significações de si e dos outros. Como salienta o autor “a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo humano, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem” (BRONCKART, 1999, p. 42). Tendo como cenário essa concepção mais ampla de relação da linguagem com as atividades socioculturais em que elas acontecem é que pensamos as novas práticas de letramento.² Para tanto, buscaremos apoio em

¹ Este texto é uma produção teórica resultado de uma pesquisa empírica de cunho qualitativo. Para a produção de dados seguiu-se o princípio da convergência de metodologias presenciais com procedimentos à distância. O projeto de pesquisa seguiu uma metodologia semipresencial, em ambientes informatizados, realizada com alunos do Ensino Médio da Escola Luterana Artur Konrath, de Estância Velha (RS), e do Ensino Fundamental da EMEF Cecília Meireles, de Novo Hamburgo (RS). O grupo de pesquisa constituiu-se de um grupo de cinco alunos: quatro da Escola Luterana Artur Konrath e um da EMEF Cecília Meireles, com ingresso espontâneo, na modalidade extraclasse, com encontros semanais no laboratório de informática das respectivas escolas. A responsabilidade dos trabalhos foi da pesquisadora, com assistência técnica dos professores coordenadores dos laboratórios de informática das escolas. Este artigo não se detém na análise desses dados, mas na reflexão teórica sobre os conceitos de autoria a partir da função autor e da reprodutibilidade técnica. Os textos dos alunos trazidos ao longo do artigo tem a finalidade de ilustrar a teorização.

² Por *letramento* Magda Soares (2002) entende a condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita e participam competentemente de eventos de letramento.

outros autores, que nos auxiliem a compreender esse contexto, que possibilita o surgimento do letramento digital. Em tempos de aceleração tecnológica, estamos nos referindo, agora, ao letramento digital. Isso significa compreender que, quando teorizamos sobre produção textual no ciberespaço, não podemos mais trabalhar com uma concepção de texto orientada pelo estudo de textos impressos. Para discutir esse tema em termos de pressupostos teóricos, é necessário deslocar a questão do contexto de produção do letramento de uma cultura impressa para um letramento de cultura digital, o que não exclui suas inter-relações.

Isso implica começarmos situando o contexto em que essa nova autoria se dá: a *cibercultura*, como a cultura do letramento digital. Denise Braga (2005) pontua que as novas tecnologias, isoladamente, não são responsáveis pelo impacto causado sobre as formas de compreensão e experienciamento do letramento nesse ambiente. A autora retoma Mark Warschauer (1999), para quem a interação das mudanças tecnológicas com os fatores sociais, políticos e econômicos é que vai determinar formas novas de práticas letradas. Persistindo na ideia de Warschauer (1999), Braga ainda traz a comparação entre impacto da era Gutenberg no contexto da revolução industrial e a era comunicação *on-line*, vinculada a uma nova revolução, agora centrada no controle da informação, do conhecimento e das redes de comunicação. É o gerenciamento e a qualidade da informação, da tecnologia e da ciência que propicia formas de comunicação e estilos de vida diferenciados dentro dessa nova estrutura social.

A *cibercultura* se desenvolve no *ciberespaço*. Pierre Lévy define *ciberespaço* como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). Nesse espaço de comunicação se inclui o conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos, responsáveis por transmitir informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Para Lévy:³

Digitalizar uma informação consiste em transformá-la em números. Quase todas as informações podem ser codificadas dessa forma. [...] As imagens e os sons também podem ser digitalizados, não apenas ponto a ponto ou amostra por amostra, mas também de forma mais econômica, a partir de descrições das estruturas globais das mensagens iconográficas ou sonoras. (LÉVY, 1999, p. 50).

³ O autor define *software* como um programa de computador (LÉVY, 1999, p. 258). Consiste em um conjunto de instruções em linguagem de máquina que controlam e determinam o funcionamento do computador e de seus periféricos.

Assim, os usuários da cibercultura podem se apropriar das informações codificadas digitalmente, “por serem transmitidas e copiadas quase indefinidamente sem perda da informação, já que a mensagem original pode ser quase sempre reconstituída integralmente, apesar das degradações causadas pela transmissão (telefônica, hertziana) ou cópia” (LÉVY, 1999, p. 51). Assim, esse dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, nas palavras de Lévy, é uma forma de usar as infraestruturas existentes e de explorar seus recursos por meio de uma inventividade distribuída e incessante, que é indissociavelmente social e técnica.

É nesse meio, usando máquinas, navegando entre informações, materiais e programas disponíveis, que surge o nosso novo autor, escritor do hipertexto, definido como:

[...] um texto em formato digital, reconfigurável e fluído. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela. A noção de hiperdocumento generaliza, para todas as categorias de signos (imagens, animações, sons, etc.), o princípio da mensagem em rede móvel que caracteriza o hipertexto (LÉVY, 1999, p. 27).

Aqui, escrita e leitura trocam seus papéis, porque quem participa da estruturação do hipertexto, fazendo escolhas e criando significados, é um leitor. Aquele que atualiza percursos ou determinados aspectos da reserva documental interage com a redação, torna-se autor de um texto, finalizando temporariamente uma escrita interminável nessa nova prática de letramento digital.

A reprodutibilidade técnica

Ao considerar o tema deste texto no letramento digital, propomos os aspectos da função autor e da reprodutibilidade técnica como pressupostos genealógicos (FOUCAULT, 1996) do letramento digital.⁴ No desenvolvimento

⁴ Sobre genealogia, Foucault afirma que as análises do discurso que se propõe a fazer se dispõem segundo dois conjuntos: o conjunto “crítico”, que segue os princípios controladores do discurso, com função restritiva e coercitiva, não desenvolvidos por nós neste trabalho, e o conjunto “[...] ‘genealógico’ que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram as condições de aparição, de crescimento, da variação. [...]”

da escrita, há evidências de que essa, como reprodução gráfica, inicialmente é feita pelo trabalho artesanal dos copistas, antes da era Gutenberg. O objeto dos copistas não se restringiu apenas à escrita, eles se encarregaram também da reprodução das obras de arte. Walter Benjamin (1994) relaciona a reprodução com a obra de arte, afirmando que essa sempre foi reproduzível e os homens sempre puderam imitar o que outros homens faziam. A reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, que vem sendo desenvolvido de forma crescente, através da história.

A imitação ou reprodução, inicialmente, era praticada por discípulos dos artistas e, posteriormente, por terceiros, com fins lucrativos. Essa corrente de reprodução se estende até o momento da entrada da fotografia, quando há uma mudança da sensibilidade das pessoas. A arte deixa de ser produzida de forma manual e passa a ser *olhada*. Como o olho possui maior movimento e supera a velocidade das mãos, a imagem passa a se equivaler ao valor da palavra de outrora. Para Benjamin (1994), o cinema surge a partir dessa percepção mais rápida do olhar e assim, no seu entender, a arte cinematográfica e a reprodução da obra de arte se influenciam mutuamente. Esse aspecto, do ponto de vista do letramento digital, torna-se particularmente importante no caso da produção textual do aluno. Trata-se da relação entre a mão e o olho no processo de escrita. No nosso entendimento, esse aspecto está diretamente relacionado à forma como o aluno concebe a escrita nos meios digitais. Escrever é também olhar, buscar aquilo que já está produzido e que pode ser trazido, ou seja, atualizado para seu campo visual. O processo da reproduzibilidade técnica do som no final do século XIX também proporcionou significativa melhoria na qualidade do padrão da reprodução técnica de uma forma geral.

Michel Foucault (2006) ressalta que, mesmo que o processo de reprodução de uma obra seja o mais perfeito, percebe-se nela a ausência de um elemento: “o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra” (BENJAMIN, 1994, p. 167). Por história da obra, compreendemos aqui as transformações que ela sofreu na sua estrutura física,

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 1996, p. 60-70).

em relação ao tempo e as relações de propriedade em que ela ingressou. Os vestígios das transformações somente podem ser verificados através de análises químicas ou físicas, *irrealizáveis na reprodução*. Sendo assim, a pergunta se o(a) aluno(a) copia ou não, não é mais esta porque se assume que o texto na internet já nasce, na maioria das vezes, como reprodução.

Quanto aos vestígios da relação de propriedade, constituem-se objeto de uma tradição e sua reconstituição precisa partir do lugar em que se achava o original. “O conteúdo da autenticidade é constituído pelo aqui e agora do original, no qual se enraíza uma tradição que identifica o objeto como sendo aquele objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo” (BENJAMIN, 1994, p. 167). A reprodução passa assim, a ter uma função original na medida em que o aluno deve, por questões éticas, marcar o aqui e o agora da reprodução, que nesse sentido passa a assumir, nessa marca de tempo e espaço, um novo entendimento de originalidade nessa cultura do letramento digital.

Também nas palavras de Benjamin, “a esfera da autenticidade, como um todo escapa à reprodutibilidade técnica, e naturalmente não apenas à técnica” (BENJAMIN, 1994, p. 167). Enquanto o autêntico preserva toda sua autoridade no tocante à reprodução manual, geralmente tratada como falsificação, o mesmo não é observado na reprodução técnica, por duas questões. Primeiro, por ter mais autonomia em relação à original que a reprodução manual. Através da objetiva da máquina fotográfica é possível acentuar certos aspectos da imagem original ou através do recurso da ampliação ou câmara lenta, fixar as imagens inacessíveis à ótica natural; segundo, pelo fato da reprodução técnica poder colocar a cópia do original em situações impossíveis para o próprio original, podendo, sob forma de fotografia ou disco, aproximar o indivíduo com a obra, transferindo-a para outros espaços de apreciação.

Na reprodução técnica, o aluno, por hipótese deste trabalho, na linha de Walter Benjamin, não está falsificando sua produção textual quando se vale de fontes da internet para a realização de tarefas propostas como pesquisa e produção textual, envolvendo o uso da internet. De fato ele tem mais autonomia pelo movimento hipertextual disponível pelos *links*, aspecto não oferecido pela reprodução manual. A reprodução oferece possibilidade de o aluno utilizar o texto para um contexto improvável em relação ao contexto original. Na produção textual, o aluno se insere num novo contexto, o que resulta na produção de um novo sentido. A reprodução técnica de um determinado texto para dentro de outro contexto não significa reproduzir sua

autenticidade primeira; significa inseri-lo, ressignificá-lo, criando assim, uma nova originalidade.

Para o autor, apesar das facilidades que a reprodução técnica oferece para manter intacto o conteúdo da obra, ela desvaloriza o seu aqui e agora, no que nela há de mais sensível, que é sua autenticidade, tomada por Benjamin, como sendo “a quintessência de tudo que foi transferido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico” (BENJAMIN, 1994, p. 168). O lugar da obra de arte pode ser alterado sem que se altere sua essência, mas há prejuízos para a obra de arte: acaba-se o testemunho histórico e o peso da sua tradição.

A aura é uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única, de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja (BENJAMIN, 1994, p. 170), é atrofiada com a era da reprodutibilidade técnica da obra através de um processo sintomático, que vai além da esfera da arte. O objeto reproduzido é destacado do domínio da tradição; com a multiplicação da reprodução, a existência serial toma o lugar da existência única. O objeto reproduzido é atualizado sempre que ele vem ao encontro do espectador. Assim, a tradição é abalada de forma violenta, constituindo-se segundo Benjamin (1994), no reverso da crise atual e a renovação da humanidade. Transpondo tal afirmativa para o contexto deste texto e inserindo-a nos fatos da linguagem, vemos que no letramento digital, área temática mais ampla onde o tema deste artigo se insere, os sentidos novos são atualizados pelo aluno na sua produção textual na internet, em que a linguagem é sempre uma ação que constitui o resultado da apropriação pelo homem da atividade social mediada pela linguagem historicamente constituída. Trata-se aí da relação língua e discurso, da qual não se pode prescindir.

Desse modo, quando observamos que um aluno atualiza uma imagem qualquer, uma poesia, por algum motivo, ele estará destacando um objeto de uma determinada tradição. De alguma forma ele está deslocando esse objeto, mas numa ação de atualizar. É essa atualização que permite propor uma nova originalidade, instaurando a função autor através do diálogo entre auras. Esta pode ser atualizada para um novo contexto onde pode ser ressignificada.

Assim, observe-se a imagem reproduzida tecnicamente por uma aluna para compor a *front page* do *site* Ensaio sobre a morte.



FIGURA 1 – *Front page* do *site* Ensaio sobre a morte

Fonte: <<http://ensaiosobreamorte.pbwiki.com>>.

Esse texto icônico, criado para uma determinada função e inserido em um momento único, dentro de uma determinada tradição, com autoria indicada, foi reproduzido e atualizado dentro de uma nova situação de enunciação: um *site*, fazendo referência ao tema eutanásia, dotando-o assim, de uma segunda aura, dentro do contexto do letramento digital.

Para Benjamin (1994), o fim da aura está ligado aos movimentos de massa da humanidade, destacando dois pontos da sua teoria de arte: reprodução técnica e a percepção coletiva da obra de arte. Dentro da escola, esse processo de produção textual nos ambientes digitais está sendo visto como uma forma indevida de se apropriar de textos de outros autores, num processo de *recorta e cola*. Esses fatores são determinados pelo desejo das massas de se aproximar dos objetos e de superar o caráter da unicidade da obra de arte e reproduzi-la. Parece-nos que, nas escolas, não há o desejo de se aproximar desses objetos e nem de superar o caráter de unicidade da tradição de produção manual desses textos. Retirar a obra de arte do seu lugar comum acaba com sua aura e é

propiciado pela mudança de percepção do objeto. Fazendo um paralelo com a escrita, podemos dizer que o mesmo acontece na sala de aula quando o professor diz que o texto do aluno copiado da internet não tem mais valor. Pensamos que, se os textos são atualizados para uma nova originalidade, podemos autorizar uma nova aura, uma nova originalidade, mediada pela linguagem.

Retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar o semelhante no mundo é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único (BENJAMIN, 1994, p. 170).

Nesse sentido podemos dizer que aquilo que os professores chamam de plágio, seria, epistemologicamente falando, a questão arqueológica da reprodutibilidade, tal como Walter Benjamin considera e por nós é trazido até aqui. É uma técnica de como chegar ao momento único do texto, ao autor enquanto marca do fenômeno único, através da cadeia da reprodutibilidade. No seu modo tradicional, ou na fase aurática, a obra de arte enfatiza seu sentido único, apesar das mudanças históricas. Essa unicidade está relacionada ao contexto de seu aparecimento, que se dá em primeira instância na magia e num segundo momento, na religião. Sendo assim, a obra de arte sustenta-se numa base teológica bastante definida. Benjamin (1994) observa que a fotografia é contemporânea do socialismo e como a arte tradicional não quer *se contaminar* pela reprodutibilidade técnica; surge a arte *pura*, desvinculada da sua função social e determinação objetiva: a arte pela arte. “[...] com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual” (BENJAMIN, 1994, p. 171). Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação com a atitude dos professores quanto aos textos produzidos pelos alunos na internet, que sem considerar as relações sociais, demonstram não ter se desvinculado dessa visão purista do ensino pelo ensino.

Assim, a arte aurática e a arte técnica, ou seja, o ensino aurático e o ensino pelo ensino se diferenciam pela reprodutibilidade, pois esta é criada para ser reproduzida, vindo uma mudança de práxis: uma mudança do valor ritual da arte para o valor político. Cabe a mesma relação para o ensino de língua na internet. Há necessidade de uma mudança de práxis: uma mudança do valor tradicional do ensino de produção de texto para um valor político, traduzido aqui para uma atitude investigativa sobre as novas formas de como o aluno está produzindo texto na internet.

Para Benjamin, é no cinema que a mudança do valor ritual da arte para o valor político melhor se manifesta. Nele a reprodutibilidade técnica está intrínseca ao valor da arte, distinta da arte aurática, pois depende da reprodução para sobreviver devido a seu custo, um aspecto importante para a política de um letramento digital. Assim, poderíamos representar essa relação da seguinte forma:



Juntamente com a mudança do polo ritual para o polo político, essencial para o final da aura da obra de arte, merecem destaque dois outros pontos importantes da teoria benjaminiana: o valor do culto e o valor da exposição. Enquanto que a arte tradicional, aurática, está ligada ao valor do culto, para ser vista pelos homens e deuses, a arte emancipada adquire valor de exposição, sendo artístico aquilo que é exposto. Também em relação à recepção as artes se diferenciam: é necessário recolhimento para recepção da arte tradicional; a emancipada é recebida coletivamente, na dispersão, afirmando assim seu valor de exposição às massas. O fato de estar exposto, e aqui, numa relação possível, significa estar exposto na internet, permite à obra se atualizar e gerar uma nova originalidade, isto é, permite ao texto do autor, através do uso que o aluno faz, atualizar-se e gerar uma nova originalidade, uma nova aura, com foi dito.

No entender de Benjamin (1994), assim como a arte aurática respondeu aos desafios do seu tempo, a arte técnica deve atender aos desafios do homem contemporâneo, apropriando-se da sua técnica e entendendo suas novas percepções. Vale pontuar que com o fim da aura da obra de arte, passamos a ter uma arte com sentido político, de exposição e uma arte que deve se reproduzir pela atualização. É por isso que o desaparecimento da aura não é em si um fato estético, mas um fato político. Graças a ele, a função social da arte se modifica completamente. Em vez de se fundar no ritual, ela se funda numa outra práxis: a política (ROUANET, 1981, p. 57).

Possíveis implicações teóricas do estudo: a vinculação do hipertexto à função autor

Decorrente da questão até agora discutida e inserida nessa opção por uma epistemologia arqueológica de se entender a produção de texto no contexto digital, surge, a entendimento da noção de autoria, o computador, que através dos processadores de texto e editores de hipertexto alterou a noção de autoria. É inerente à própria experiência hipertextual a ação do leitor ou de vários leitores, que ao lerem, traçam o seu caminho, eles mesmos.

Retomando a questão da originalidade na construção do hipertexto, faz-se necessário pensar a função autor nesse ambiente, na contribuição de Michel Foucault (2006, p. 267), que examina “a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente”. O autor afirma que na escrita, o que está em discussão não é a manifestação ou o gesto de escrever, da amarração de um sujeito em uma linguagem e sim, da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer.

Foucault apregoa a morte de um autor individual, que despista os signos de sua individualidade particular: “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência: é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita” (FOUCAULT, 2006, p. 269), por um autor instituído pelo discurso, na coletividade, cujo nome vai servir para caracterizar um certo modo de ser desse discurso, na função de autor. O autor deve se apagar ou ser apagado em proveito das formas próprias do discurso. Assim, o fato de podermos atribuir determinadas falas a determinadas pessoas ou autores é um indicativo de que essa palavra não é uma palavra *cotidiana, que flutua e passa*, imediatamente consumível. Ela deve, dentro de uma dada cultura, ser recebida de uma determinada forma, merecedora de um certo *status*. A exigência de que o aluno nomeie a autoria dos textos por ele utilizados na internet, reflete que a cultura atribui a função de autor a determinadas pessoas. Não se trata apenas de uma questão de ética, mas de uma prática discursiva.

Para Foucault, no teor de indiferença da frase “Que importa quem fala; alguém disse: que importa quem fala” (FOUCAULT, 2006, p. 273), tomada por ele de Samuel Beckett, está a afirmação do princípio ético mais fundamental da escrita contemporânea. O relevante, porém, não é repetir como afirmação vazia que o autor desapareceu. É necessário descobrir em que locais esse lugar que ficou vazio, que enquanto indiferente também é obrigatório, a função autor é exercida e que funções essa desapareição fez aparecer.

A questão em relação ao nome do autor apresenta uma especial peculiaridade: “a impossibilidade de tratá-lo como uma descrição definida: mas a impossibilidade igualmente de tratá-lo como um nome próprio comum” (FOUCAULT, 2006, p. 264). Assim, o nome autor passa a ficar atrelado não à pessoa do indivíduo que proferiu determinado discurso, mas ao tipo de discurso proferido, com estatuto específico, ligado ao modo de ser de determinada cultura. Dessa forma, a noção de autor aqui trazida, antes de um nome próprio, é uma função.

“A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 274). Nessa função não se pode pura e simplesmente reconstruir ideias a partir de um texto dado como inerte, já que o texto sempre contém em si mesmo signos que remetem ao autor:

[...] ali deve haver um certo nível do seu pensamento ou do seu desejo, de sua consciência ou do seu inconsciente – um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns nos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária. (FOUCAULT, 2006, p. 278).

Reportando-nos à sala de aula, é possível afirmar que, quando um aluno baixa um texto da internet e o entrega a seu professor como cumprimento de uma tarefa, trata-se de uma simples transposição do meio digital para o meio impresso, sem marcas de sua autoria: mais do que um simples *copia e cola*. E sem querer julgá-lo como antiético – podemos entender que ele está numa nova prática de produção de texto em que a internet passa a ser vista para ele como um repositório de textos – ele demonstrou desconhecer que identificar a autoria de um texto é uma prática social como qualquer outra que se desenvolve através da linguagem. Conscientizá-lo dessa necessidade pode fazer parte dos novos propósitos de ensino do professor que trabalha nos ambientes digitais. É um trabalho novo. Pensamos que, quando ele elabora um determinado trabalho, usando os recursos do hipertexto, os *links*, por exemplo, deixando nele marcas de sua caminhada, selecionando pontos que vem ao encontro de seus objetivos para a construção de um determinado sentido, ele está demarcando aí a sua autoria e instituindo uma nova aura através da atualização de sentidos. Utilizamos como complementação a ideia de Foucault:

[...] a função autor não é definida pela atribuição de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de atribuições específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 2006, p. 280).

Nessa instância, segundo Foucault, é possível afirmar que a obra escrita não basta a si mesma, não estando obrigada à forma da interioridade, identificando-se com sua própria exterioridade desdobrada.

Foucault (2006, p. 269) estabelece um parentesco da escrita com a morte, numa analogia com a arte milenar de narrar histórias até o amanhecer para se evitar a morte, que deveria fechar a boca do narrador. Atualmente o que se percebe é que a escrita está ligada ao próprio sacrifício da vida representado pelo autor. “A obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor”. Essa relação da escrita com a morte manifesta-se também no sujeito que escreve, pelo desaparecimento das suas características individuais, percebido através das chicanas que ele estabelece entre ele e sua produção textual. Os signos de sua individualidade particular são despistados. O escritor é marcado pela sua ausência, mas é necessário que ele cumpra o seu papel no jogo da escrita.

Foucault (2006) levanta a incerteza sobre ter-se conseguido absorver as consequências inerentes a essa constatação e avaliado com exatidão à medida do acontecimento. Para ele, algumas noções, hoje destinadas a substituir o privilégio do autor, o bloqueiam e escamoteiam o que nele deveria ser destacado. Entre elas, cita a noção de obra e escrita.

Na relação de apropriação do autor com a obra, questiona qual é a natureza do *speech act*, ato de fala ou de linguagem, que permite dizer que há obra entre outras questões como: que unidade curiosa é essa? De quais elementos ela se compõe? A obra não é aquilo que é escrito por um autor? Várias são as dificuldades que surgem nesse momento. Se o indivíduo que escreve não fosse um autor, poderia sua produção ser denominada obra? Qual é exatamente o limite que devemos observar em relação à obra de um autor, levando em conta o início e o fim da sua produção? Para ele “a teoria da obra não existe, e àqueles que, ingenuamente, tentam editar obras falta uma tal teoria e seu trabalho empírico se vê muito rapidamente paralisado” (FOUCAULT, 2006, p. 264). E em relação ao autor, Foucault afirma que o autor não é exatamente nem o proprietário e nem responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles.

Através da noção de escrita ainda se preserva sutilmente a existência do autor. Segundo o estudioso em questão, ela bloqueia a certeza da desapareição do autor e retém como que o pensamento no limite dessa anulação. Ela deveria permitir dispensar a referência ao autor e dar estatuto a sua nova ausência. O estatuto atual que a noção escrita recebe não se refere nem ao gesto de escrever (sintoma ou signo), nem à intenção do enunciado de alguém. Ele se ocupa em pensar a condição geral de qualquer texto, do espaço em que ele se dispersa e do tempo em que ele se desenvolve. Foucault ainda pensa que essa noção de escrita compromete os privilégios do autor sob a salvaguarda do *a priori*: “ele faz subsistir, na luz obscura da neutralização, o jogo das representações que formaram uma certa imagem do autor” (FOUCAULT, 2006, p. 271).

O pensador ainda nos traz a discussão em torno do nome do autor, que por se tratar de um nome próprio, apresenta os mesmos problemas deste. Mas nos alerta que não é possível fazer deste nome próprio, assim como do nome do autor, uma referência pura e simples, ao mesmo tempo em que o nome do autor não é exatamente um nome próprio como os outros. O nome de um autor não é um elemento simples que em um discurso pode ser substituído por um pronome, por exemplo. Ele exerce um certo papel nesse discurso: numa função classificatória, ele permite que em torno dele se agrupem, se excluam alguns ou se oponham textos uns aos outros. Por outro lado, estabelece entre eles uma relação de homogeneidade ou de filiação, ou de autenticação uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante. Assim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser de um discurso e a função autor é característica do modo da existência, de circulação e funcionamento desses discursos no interior de uma sociedade.

Dentro da nossa cultura, num discurso com a função autor, considerando-se somente o autor de um livro ou texto, segundo Foucault, é possível reconhecer-se quatro funções que ele assim resume:

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 2006, p. 278-279).

Foucault ainda pontua que na ordem do discurso é possível ser autor de um livro, teoria e tradição, dentro dos quais outros autores podem se colocar. Autores que se encontram em uma posição transdiscursiva. Também nos remete à Europa do século XIX, onde o autor também tinha a função de ser um instaurador de ideias, fundador de discursividade, ligado à ideia de autoria como uma assinatura, uma marca determinada. O ato de fundação de uma cientificidade pode ser sempre reintroduzido no interior da maquinaria das transformações que dele derivam, enquanto que a instauração discursiva não faz parte dessas transformações ulteriores, ela permanece retirada e em desequilíbrio. “[...] a obra desses instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como as coordenadoras primeiras” (FOUCAULT, 2006, p. 283). Esses autores, distintos dos grandes autores literários, canônicos, ou fundadores das ciências, têm de particular o fato de não serem somente os autores de seus próprios livros e obras. Com suas produções, criaram a possibilidade e a regra de formação de outros textos, através da interdiscursividade, como um retorno à origem, a sua originalidade primeira, tomada pelo autor como reatualização.

Por reatualização entenderei uma coisa totalmente diferente: a reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele. [...] De fato, é certamente enquanto ele é texto do autor e deste autor do texto que o texto tem valor instaurador, e é por isso, porque ele é texto deste autor, que é preciso voltar para ele (FOUCAULT, 2006, p. 284-285).

Foucault salienta que para que haja um “retorno a”, é necessário que antes tenha havido um esquecimento não acidental, não encobrimento de alguma incompreensão, mas essencial e constitutivo. Dessa maneira, é possível instituir um movimento com especificidade própria e que caracteriza a instauração da discursividade. Dessa forma, retorna-se àquilo que está presente no texto, retorna-se ao próprio texto, ao texto em sua nudez, enquanto também se retorna ao que está marcado pelo vazio, pela ausência, pela lacuna no texto. Conforme afirmativa de Foucault.

Onde está o que especifica um autor? Pois bem, o que especifica um autor é justamente a capacidade de remanejar, de reorientar esse campo epistemológico ou esse plano discursivo, que são fórmulas suas. De fato, só existe autor quando se sai do anonimato, porque se reorientam os campos epistemológicos, porque se cria um novo campo discursivo, que modifica, que transforma radicalmente o precedente. (FOUCAULT, 2006, p. 279).

É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante (BAKHTIN, 1995, p. 147-148). Nesse processo Bakhtin chama-nos a atenção para o fato de que devemos considerar como verdadeiro objeto de pesquisa a interação dinâmica entre o discurso e o contexto (BAKHTIN, 1995, p. 148).

Na verdade ele só tem uma existência real, só se forma e vive através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso e o contexto de comunicação são somente os termos de inter-relação dinâmica. Essa por sua vez reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal neste dado contexto, que não pode ser compreendido se não for situado desde os primórdios dos processos culturais e históricos da escrita. Dessa forma é que compreenderemos a escrita, na concepção do letramento digital. Pensamos que as práticas escolares de produção textual em ambiente digital devem ser repensadas no sentido de considerar que, nesse espaço, as marcas de um autor individual desaparecem em favor de um autor coletivo, proporcionado pela produção hipertextual. Isso é genealógico, se remontarmos aos dois aspectos aqui trazidos: a reprodutibilidade técnica e a autoria. Convém pontuar que, como os recursos, a prática e a forma de organização são outros, faz-se necessário repensar nossa postura epistemológica, teórica e metodológica diante dessa questão.

Referências

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, 3).

BRAGA, D. A comunicação interativa em ambiente hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999.

Ensaio sobre a morte. *Workspace* público de discussão. Disponível em: <<http://ensaiosobreamorte.pbwiki.com>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. (Org.). *Estética*: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRAGA, D. A internet como contexto de produção textual: possíveis implicações para o ISD. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 55-60, jul.-dez. 2004.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROUANET, S. P. *Édipo e o anjo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

WARSCHAUER, M. *Electronic Literacies*: Language, Culture, and Power in Online Education. Mahwah; London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

ZART, L. H. M. *A escrita emergente*: autoria nas produções textuais escolares em ambientes digitais, com o uso da internet. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

ERRATA: a nota “a segunda autora, Profa. Dra. Dinorá Moraes de Fraga, atuou como orientadora do trabalho” foi inserida no artigo em fevereiro/2013.

Recebido em 15/03/2012. Aprovado em 02/07/2012.